



O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

THE PEDAGOGICAL RESIDENCY PROGRAM AND INITIAL TEACHER TRAINING

EL PROGRAMA DE RESIDENCIA PEDAGÓGICA Y FORMACIÓN INICIAL DOCENTE

VINICIUS DA SILVA FREITAS¹

MANUEL MFINDA PEDRO MARQUES²

MILENE DA SILVA RODRIGUES CARVALHO³

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS⁴

RESUMO

O Programa de Residência Pedagógica constitui uma política pública voltada à formação de professores no Brasil, inspirada no modelo de residência utilizado na área médica, que promove a imersão do licenciando na prática docente. O estudo tem como objetivo analisar a contribuição desse programa para a formação inicial de professores. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, que busca compreender percepções, comportamentos e tendências relacionadas ao processo formativo. A análise foi organizada em três eixos: o Programa de Residência Pedagógica da CAPES, o caráter pontual e suas limitações, e o reconhecimento da docência como prática relevante. Os resultados indicam que o programa fortalece a formação inicial ao proporcionar experiências formativas diversificadas e ao integrar teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem. Conclui-se que a Residência Pedagógica contribui significativamente para o desenvolvimento das práticas pedagógicas e para a preparação dos futuros professores para a atuação na educação básica.

Palavras-Chave: políticas públicas; formação inicial do professor; integração teoria-prática.

ABSTRACT

The Pedagogical Residency Program constitutes a public policy aimed at teacher education in Brazil, inspired by the residency model used in the medical field, which promotes the immersion of undergraduate teacher candidates in teaching practice. The study aims to analyze the contribution of this program to the initial training of teachers. This is a bibliographic study with a qualitative approach that seeks to understand perceptions, behaviors, and trends related to the training process. The analysis was organized into three main axes: the CAPES Pedagogical Residency Program, the program's punctual nature and its limitations, and the recognition of teaching as a relevant professional practice. The results indicate that the program strengthens initial teacher education by providing diversified formative experiences and by integrating theory and practice in the teaching-learning process. It is concluded that the Pedagogical Residency Program

1 Autor correspondente. Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco (AC). 28 99959-5016. viniciuscarvalho34@hotmail.com

2 Universidade Federal do ABC, Santo André (SP)

3 Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro (RJ)

4 Academia Caçadoreense de Letras e Artes, Caçador (SC)

significantly contributes to the development of pedagogical practices and to the preparation of future teachers to work in basic education.

Keywords: public policies; initial teacher training; theory-practice integration.

RESUMEN

El Programa de Residencia Pedagógica constituye una política pública orientada a la formación de profesores en Brasil, inspirada en el modelo de residencia utilizado en el área médica, que promueve la inmersión del estudiante de licenciatura en la práctica docente. El estudio tiene como objetivo analizar la contribución de este programa a la formación inicial de profesores. Se trata de una investigación bibliográfica con enfoque cualitativo, que busca comprender percepciones, comportamientos y tendencias relacionadas con el proceso formativo. El análisis se organizó en tres ejes principales: el Programa de Residencia Pedagógica de CAPES, el carácter puntual del programa y sus limitaciones, y el reconocimiento de la docencia como una práctica profesional relevante. Los resultados indican que el programa fortalece la formación inicial al proporcionar experiencias formativas diversificadas e integrar la teoría y la práctica en el proceso de enseñanza-aprendizaje. Se concluye que la Residencia Pedagógica contribuye significativamente al desarrollo de las prácticas pedagógicas y a la preparación de los futuros profesores para actuar en la educación básica.

Palabras clave: políticas públicas; formación inicial docente; integración teoría-práctica.

INTRODUÇÃO

A formação inicial é uma etapa de suma importância para o aprimoramento profissional, uma vez que busca habituar os futuros professores ao processo de reflexão sobre a própria prática profissional e também sobre o âmbito escolar. Nesse contexto, o Programa Residência Pedagógica (PRP) é uma política pública brasileira que serve para a construção de um ambiente de formação de professores parecido com o que ocorre com a residência médica, esta que tem o foco no processo de formação complementar dos cursos de medicina. Essa visão é encontrada também na utilização de expressões como residência educacional, imersão docente e residência docente, tanto no desenvolvimento continuado quanto na formação inicial dos educadores (Farias; Diniz-Pereira, 2019).

O PRP é um programa desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) e apontado no Edital 6/2018 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como natureza a busca pelo aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, incentivando a imersão do indivíduo em formação no âmbito da educação básica a partir da segunda metade do curso (Brasil, 2018).

Este programa promove um trabalho em conjunto para a formação inicial dos professores, uma vez que torna propícia a oferta de momentos únicos durante o percurso acadêmico, pois torna possível que o licenciado bolsista seja capaz de transformar e compreender seus conhecimentos teóricos em momentos de aprendizados práticos. Isso tudo a partir de experiências, vivências e o contato com os alunos no chão da escola.

Tal atividade formativa é desenvolvida por um discente que esteja regularmente matriculado em um curso de licenciatura e aplicada dentro de uma escola pública de educação básica, nomeada de escola-campo. O estudante bolsista, por sua vez, terá incentivo, orientação e acompanhamento. Tanto no âmbito da escola-campo, onde terá ajuda do preceptor como na instituição de ensino, onde poderá ser orientado por um professor já formado e com experiência docente.

As intenções do PRP são refletidas no aprimoramento da formação inicial de professores, a partir de uma ótica de campo prático, relacionando a prática com a teoria e oferecendo uma reformulação do estágio supervisionado, permitindo a antecipação da imersão dos alunos do curso de licenciatura no âmbito escolar. Isso fortalece dessa forma, a relação entre a escola com as outras instituições, incentivando a ampliação dos conhecimentos disciplinares e curriculares destes futuros professores.

De acordo com Monteiro *et al.* (2020) os objetivos a serem alcançados com o programa apontam que a residência pedagógica tem como premissa a oferta de interação de estudantes em formação inicial com os professores e orientadores, visando uma proposta que permita a vinculação da profissão com a prática e a teoria, tendo como perspectiva o diálogo compartilhado, além da valorização da autorreflexão a partir das práticas desenvolvida.

A interação entre orientadores e alunos durante o processo inicial de formação incentiva a melhora da conexão e a compreensão dos saberes práticos e teóricos, que por sua vez, possuem relevância na constituição do ser docente e também na prática pedagógica. Essa perspectiva também incentiva o desenvolvimento da autonomia docente, pois o desafia a ter um planejamento de aula para a educação básica que conte com metodologias distintas e a usufruir de momentos formativos que contem com a interação/contato com professores mais experientes.

O presente artigo busca analisar o papel do Programa Residência Pedagógica e como essa política pública é destinada ao fortalecimento da formação inicial de professores no Brasil.

METODOLOGIA

Em razão da compreensão de quais as repercussões do Programa de Residência Pedagógica, além de possíveis incentivos e auxílios no processo de desenvolvimento inicial dos estudantes do curso de Pedagogia, optou-se pela realização um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa. A escolha ocorreu muito pelo fato deste tipo de pesquisa estar ligado à compreensão de fenômenos sociais e educativos, além da mudança de cenários e práticas socioeducativas; tomada de decisões; ao desenvolvimento e descobrimento de um corpo organizado de conhecimentos (Esteban, 2010, p. 127).

A pesquisa qualitativa torna possível que os pesquisadores interpretem e compreendam tendências e comportamentos; identificando hipóteses para um determinado problema e descobrindo as expectativas e percepções dos sujeitos (Esteban, 2010). Com isso, o foco de atenção dos pesquisadores qualitativos é centralizado nas descrições detalhadas de eventos, situações, interações, pessoas e comportamentos que são percebidos. Através desse tipo de ótica se buscou a

realização da coleta de dados de modo que fossem priorizados os documentos (Brasil, 2008; Brasil, 2016) e a bibliografia existente publicada entre os anos de 2017 e 2024.

Esse foi o meio saber as experiências de outras pessoas com o tema e como ele é tratado em suas produções científicas, ampliando o campo de análise com estudos de campos que contém informações importantes para o desenvolvimento deste artigo.

O Quadro 1 dá destaque aos artigos consultados e, que fornecem uma base diversificada sobre o impacto e a efetividade do PRP. Um aspecto que permite uma compreensão mais ampla de seus resultados e os desafios que surgem no contexto educacional brasileiro.

QUADRO 1 – RESUMO DOS ARTIGOS CONSULTADOS NO ESTUDO (N=7)

AUTORES	RESUMO
Faria e Diniz-Pereira (2019)	Exploram o conceito de residência pedagógica e os desafios que a execução do programa enfrenta na formação docente, destacando a importância do modelo na articulação entre teoria e prática na educação pública.
Faheina (2024)	Focam na formação inicial de professores dentro do Programa Residência Pedagógica, trazendo à tona os desafios e as contribuições do mesmo para o desenvolvimento profissional dos futuros docentes.
Feitosa et. al. (2022)	Refletem sobre a operacionalização do programa na formação inicial e continuada de professores, analisando os benefícios e limitações enfrentados durante sua implementação.
Ferreira e Siqueira (2020)	Descrevem a importância do Programa Residência Pedagógica como parte da nova Política Nacional de Formação de Professores, argumentando que o programa enriquece o processo formativo dos docentes.
Fontoura (2017)	Aborda a formação de professores para a justiça social, considerando o papel da residência pedagógica na promoção de uma prática docente voltada para a equidade social.
Monteiro et. al. (2020)	Analisam a dialética entre teoria e prática no contexto da residência pedagógica, ressaltando como o programa facilita essa integração e o desenvolvimento de competências docentes.
Moreira, Leite e Moura (2020)	Investigam a contribuição da residência pedagógica para a formação inicial de professores de Ciências Biológicas, a partir das percepções dos licenciandos sobre o programa.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A pesquisa buscou a compreensão de como esse programa, que foi inspirado no modelo de residência médica, contribui para uma formação docente que integra teoria e prática, possibilitando que o indivíduo tenha acesso a uma experiência formativa mais enriquecedora para o seu futuro como educador. Além disso, o estudo tem como propósito a identificação e a discussão os principais aspectos do programa, seus desafios e limitações, assim como o reconhecimento da docência como uma prática relevante no contexto educacional brasileiro.

Esse escopo também coincide com autores (Calazans *et. al.*, 2020; Alarcão, 2011; Leite; Tassoni, 2000; Nóvoa, 2009; Tardif, 2014) que compartilham uma visão fundada na valorização do professor como um profissional que está em constante desenvolvimento, cuja prática precisa ser reflexiva, contextualizada, embasada em diversos saberes e afetiva para a promoção de uma educação de qualidade.

Os procedimentos de análise adotados coincidem com a perspectiva da análise de conteúdo descrita por Bardin (2016) e que aponta a caracterização das ações de tratamento de dados em etapas, como: a organização da análise; a categorização; a

codificação; a inferência; o tratamento dos resultados e a interpretação dos resultados.

Sob essa ótica, o tratamento dos dados foi assegurado a partir da organização das informações, através da codificação pela proximidade temática com intuito de definir categorias com interpretação, com inferência das descrições sobre as contribuições e repercussões do programa na construção da docência pelos estudantes. Frente a isso, foram organizadas as seguintes categorias com base no que foi encontrado em revisões bibliográficas e estudos anteriores: (a) O Programa de Residência Pedagógica da CAPES; (b) O caráter pontual do PRP e os aspectos limitantes; (c) reconhecimento da docência, dos saberes e a importância da relação entre professor e aluno.

O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA DA CAPES

O Decreto nº. 6.755/2009 (Brasil, 2019) surge como uma política nacional para a formação de profissionais da educação básica que é ofertada por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), entidade responsável pelo desenvolvimento de programas de formação inicial e continuada. Estão presentes nesse decreto os artigos 10 e 11, que apontam as ações formativas como forma de melhorar a articulação entre as estruturas de ensino superior, as redes de ensino público e os profissionais que atuam no âmbito da educação básica. Além do incentivo de que os educandos nas participem de atividades nesse ambiente que envolvam o ensino e a aprendizagem por meio de projetos pedagógicos, ofertados pela CAPES, que possuem o objetivo de inovar as matrizes curriculares e o caminho de desenvolvimento dos futuros profissionais no âmbito da docência.

Essa ótica aponta que, após alguns anos de iniciado o programa por meio do Edital nº 06/2018, através do CAPES, instituição ligada ao MEC. Este programa tem entre seus objetivos, que serão apontados mais a frente de forma mais aprimorada, está a melhora da qualidade dos cursos de licenciatura ofertados, tornando possível aos educandos a vivência da teoria por meio da prática, incluindo a experiência com a docência em sala de aula, com o cotidiano das escolas de educação básica que podem propiciar aprendizagens positivas para o processo de desenvolvimento profissional (Ferreira; Siqueira, 2020).

A formação de professores por meio do Programa de Residência Pedagógica surge como uma das ações constituídas que permitem a presença dos alunos de licenciatura no chão da escola, estes precisam estar com mais da metade do andamento do curso concluído. Este programa busca o auxílio e o estímulo da melhoria da formação prática dentro dos cursos de licenciatura, tornando possível que o licenciando proponha ações no âmbito da escola de ensino básico, ocorrendo a certificação das competências, e habilidades dos egressos, o que tornam possível a realização de um ensino de qualidade.

As funções do futuro professor em turmas de educação básica, dentre outras atribuições, estão relacionadas com a regência da sala de aula e a intervenção pedagógica. Sendo o trabalho acompanhado por um educador licenciado e experiente da escola, além da orientação de um educador de sua instituição formadora (Brasil, 2018).

O PRP possui diversas particularidades que o distinguem de outros modelos de formação de educadores. Como o fato dos alunos usufruírem de uma carga horária extensa que serve para realizar uma imersão maior deles no espaço da sala de aula. O que permite os alunos se relacionarem com o meio da instituição de ensino no qual eles se inserem, contando também com um horário semanal de supervisão prática em grupo com a orientação de um professor preceptor. Nesta situação, cada licenciado aponta a outros participantes qual foi a temática vivida na prática, suas percepções, situações atípicas e questionamentos que podem ser originados pela experiência no âmbito da sala de aula. O preceptor atua com a intenção de sanar as dúvidas e auxiliar cada profissional frente suas dificuldades. Outra particularidade do programa é o encaminhamento do educando no estágio curricular supervisionado (Ferreira; Siqueira, 2020).

É compreendido que o Programa Residência Pedagógica surge como uma opção produtiva ao que concerne à formação continuada para ambos: tanto para o licenciando quanto para o professor preceptor, tendo em vista que o formando estará mais voltando para o meio acadêmico, tendo como centro e pesquisa, e, por consequência o aspecto de inovações pedagógicas. Isso tudo resulta no melhor desenvolvimento de métodos e didáticas, também ao que tange à capacidade do professor em solucionar várias situações atípicas que podem acontecer dentro da sala de aula.

De acordo com Fontoura (2017, p.126) o PRP promove o aprimoramento das relações intergrupais e interpessoais; a autonomia; o desenvolvimento de hábitos de estudo por parte dos profissionais envolvidos e a parceria entre docentes. Estes aspectos fortalecem mecanismos que servem para a melhoria do trabalho desenvolvido nas escolas-campo. O desenvolvimento do projeto deve ser baseado pela possibilidade da criação de espaços que promovam questionamentos e reflexões, além da mediação do orientador e do preceptor. Esse é uma possibilidade que o licenciando terá de conviver com mudanças, incertezas e o imprevisível, o preparando para assumir a sala de aula.

Nesta direção, o professor preceptor é um profissional conhecedor do meio educacional, capaz de orientar os residentes de modo a incentivá-los na busca constante pelo aprimoramento do seu conhecimento, uma vez que de acordo com Alarcão (2005, p.176):

[...] o professor não deve ser um simples transmissor de conhecimento; seu papel vai ademais sendo interagir com os alunos, conhecer, e caminhar em conjunto a comunidade escolar e também, com base teórica consistente, para que seja possível aliar seus conhecimentos no âmbito escolar com as especificidades e realidades aos alunos. Nesse panorama, é possível enxergar a importância da relação teoria-prática nas ações em desenvolvimento.

A inserção dos acadêmicos na rotina da escola-campo torna propícia a aprendizagem do processo de ensinar. Sendo a oportunidade de aliar a prática com a teoria, uma vez que esta experiência possibilita a vivência de situações em

que os se usa os conhecimentos sobre o conteúdo a ser ensinado, a didática e aos métodos de ensino-aprendizagem, além de toda complexidade que envolve a sala de aula.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 2016), a formação de docentes para atuar na educação se faz necessária, geralmente por meio do curso de licenciatura. Sendo este o grau mínimo para o trabalho no magistério da Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e nas demais modalidades de ensino oferecidas em nível normal e médio.

Além de considerar somente a formação mínima, é preciso atentar que a profissão docente tem um papel fundamental no meio social. Essa é uma profissão que demanda uma ação reflexiva e crítica do professor, uma vez que ele também exerce outras funções com grupos e comunidades relacionadas com: motivar, participar, lutar contra a exclusão social e as desigualdades das relações presentes nas estruturas sociais.

Nesta ótica, a formação do professor, desde o momento da graduação, serve para auxiliá-lo a tornar-se um profissional com condições de refletir, bem como auxiliar os demais a desenvolverem o pensamento crítico. De acordo com Faheima (2024) existe a necessidade de uma nova formação permanente e inicial. A inicial é resultante dos cursos de ensino superior no Brasil e a continuada no interior das organizações formativas e escolas (em serviço), tornando propício o desenvolvimento profissional, pessoal e institucional.

Dessa forma, entende-se a relevância de que as instituições de ensino incentivem a participação de estudantes em projetos que os aproximem e os integrem à vida escolar e pesquisa universitária, ocasionando reflexões sobre o exercício da docência e a relação prática e teórica. A partir dessa perspectiva, Nóvoa (2006, p.6) afirma: “[...] as bases de uma formação que tenha como referência lógica de acompanhamento, de formação-em-situação, de análise da prática e de integração na cultura profissional docente”.

Os projetos de iniciação à docência, como é o caso da Residência Pedagógica, permitem que os futuros professores tenham uma formação pautada em experiências mais próximas à realidade da escola e no comprometimento com o exercício da docência desde o início da formação até o final do curso. É sabido que essas práticas produzem desafios, ausências e dilemas que provocam diversos pensamentos nos estudantes. Uma vez que o futuro professor terá mais proximidade com o exercício da profissão e se preparar melhor para lidar com os desafios dessa realidade, tendo também a consciência da necessidade de ampliar o seu conhecimento teórico baseado na prática (Faheima, 2024).

Por motivos como esses, é possível afirmar que o PRP engloba ferramentas que se tornam essenciais para a formação do docente. Uma vez que existe a colaboração do professor experiente e do preceptor durante a aprendizagem do exercício da função. Durante todo o processo de formação são desenvolvidas nos futuros professores habilidades e aptidões necessárias para a aplicabilidade do aprendizado na prática, no chão da escola.

Vale considerar que, em vários casos, os professores recém-formados assumem o primeiro emprego como docente titular e enfrentam inseguranças ao se responsabilizarem pelas turmas. Seja pelas dificuldades ou exigências do cargo, uma vez que é comum não ter o suporte necessário durante a formação para lidar com situações cotidianas do âmbito escolar. Em razão disso, Tardif (2014, p. 49) afirma que:

No exercício cotidiano de sua função, os condicionantes aparecem relacionadas a situações concretas que não são passíveis de definições acabadas e que exigem improvisação e habilidade pessoal, bem como a capacidade de enfrentar situações mais ou menos transitórias e variáveis. Ora, lidar com condicionantes e situações é formador: somente isso permite ao docente desenvolver os *habitus* (isto é, certas disposições adquiridas na e pela prática real), que lhe permitirão justamente enfrentar os condicionantes e imponderáveis da profissão.

Essa é uma visão que se volta para situações inusitadas e, por vezes inesperadas que surgem no cotidiano escolar. O programa possibilita que um residente em formação receba orientação pela própria vivência profissional e formativa, uma vez que ao se deparar com o inesperado, são desenvolvidas soluções em grupo para o problema (Faheima, 2024). Dessa forma o envolvimento dos residentes com a rotina das escolas e de ensino incentiva o ingresso deles em uma atmosfera educativa de formação que exige o saber e o saber fazer da prática docente. Isso tudo tendo o contato com os docentes mais experientes e que podem atuar como professores formadores. Como afirma Nóvoa (2009, p.3),

[...] É na escola e no diálogo com os outros professores que se aprende a profissão. O registo das práticas, a reflexão sobre o trabalho e o exercício da avaliação são elementos centrais para o aperfeiçoamento e a inovação. São estas rotinas que fazem avançar a profissão.

Em razão do exposto, é possível afirmar que o PRP oferece muitas contribuições para a formação inicial dos professores, que são os estudantes dos cursos de licenciatura do país. O programa proporciona ao residente o contato com experiências criativas e positivas, que tornam possível a convivência com os alunos e com situações distintas no tocante à aprendizagem, assim diversas condições sociais, econômicas e culturais. É nesse caminho que Tardif (2014, p. 53) orienta que:

[...] a prática pode ser vista como um processo de aprendizagem através do qual os professores retraduzem sua formação e a adaptam à profissão, eliminando o que lhes parece inutilmente abstrato ou sem relação com a realidade vivida e conservando o que pode servir-lhes de

uma maneira ou de outra.

A partir disto, o residente, percebe que a realidade da sala de aula possui um cenário geral de sujeitos e a partir daí, desenvolve estratégias de ensino que consigam atender os níveis de aprendizagem do grupo, pensando na adaptação à realidade e inovação de práticas ou, ainda, eliminar as propostas que podem não atender as demandas atuais.

O CARÁTER PONTUAL DO PRP E OS ASPECTOS LIMITANTES QUANTO À FORMAÇÃO DOCENTE

A Residência Pedagógica, por definição, é uma atividade de formação realizada pelo discente regularmente matriculado no curso de licenciatura e numa escola pública de educação básica, denominada escola-campo (Brasil, 2018). O intuito é ampliar e fortalecer a relação entre as instituições de ensino superior e as escolas públicas, de forma que a formação inicial de professores ocorra dentro do âmbito educacional. Este conceito de programa abrange o espaço escolar da educação básica, tendo como único *locus* o seu âmbito operacional, excluindo a educação não formal ou qualquer outro local. Embora se deva considerar que o ambiente escolar é, por si só, muito complexo.

Existe uma dinâmica entre orientadores, residentes e preceptores no Programa Residência Pedagógica que torna possível a vivência com realidades diferentes e que podem ser estendidas às distintas experiências de educação (formal e não formal). No entanto, essas possibilidades de atuação não estão descritas nas diretrizes do PRP.

Para além dos saberes disciplinares específicos, a formação dos licenciados se constrói a partir dos saberes experienciais e curriculares que são mobilizados nas práticas da educação básica. O PRP, a partir dessa ótica, é uma proposta acadêmica que vem auxiliando a docência e a melhoria do ensino. De acordo com Calazans *et. al.* (2020), estudos apontam um alto grau de satisfação dos residentes ativos e dos egressos do programa. O que torna evidente o nível de contribuição para a formação dos estudantes e lhes dá maior segurança profissional, tanto no que tange aos aspectos cognitivos quanto social e pedagógico.

Dessa forma, deve ser reafirmada a importância do papel do programa e a sua função de capilaridade nos distintos espaços da escola-campo. Uma vez que ele estabelece conexões pedagógicas, administrativas, cognitivas e de gestão, por meio das quais as atividades são viabilizadas. Ao desenvolver habilidades e competências, o Programa Residência Pedagógica ensina os envolvidos a compreenderem o processo de ensino, vivendo em conjunto, aprendendo a ser e o fazer (Feitosa *et. al.*, 2022).

Apesar disso, sem desconsiderar o potencial formativo que o programa tem apresentado para os cursos de licenciatura e o aprimoramento da educação básica, sugere-se a necessidade de refletir sobre algumas questões que cercam a ação do residente somente na escola. Assim sendo, ao considerar esse espaço como o único local de aplicação das atividades não estaríamos excluído os locais distintos de educabilidade em que os docentes podem atuar? Não seria relevante

que o programa também valorizasse outros espaços educativos, a por exemplo de parques, museus, zoológicos, ambientes socioeducativos, centros de cultura e ciências, até mesmo em hospitais?

Mesmo que não exista essa orientação nos documentos da CAPES, o Programa Residência Pedagógica deve incorporar outros espaços como campo de intervenção, não se deve desconsiderar que, ao concluírem a licenciatura, os egressos também podem aceitar atividades que englobam o ensino-aprendizagem em locais diferentes da instituição escolar. É necessário argumentar junto ao órgão gestor e proponente do programa, sobre o espectro de ação dos professores e as necessárias articulações que o percurso formador deve fornecer ao licenciando, que se estende para além dos limites da escola. Sendo defendida, dessa forma, a inserção do residente em espaços que se mostram como potenciais ambientes de aprendizagem e de ensino (Moreira; Leite; Moura, 2020).

Como resultado da defesa do programa, deve ser entendido que os cursos e as instituições de formação de professores devem readequar suas práticas pedagógicas e seus curriculares, no sentido de atender essa demanda formativa do futuro professor. Os cursos devem ofertar um itinerário com múltiplas possibilidades de atuação, que se constrói a partir dos saberes (disciplinares, profissionais, experienciais e curriculares), bem como aqueles abordados pelas novas formas de olhar para os espaços sociais.

SABERES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNO

Muitos residentes concordam com a efetividade da consolidação da relação entre o aluno e o professor, visto que esse é um aspecto que influencia no processo de aprendizagem e de ensino. Associado a isso, Sousa, Goulart e Cabral (2023) apontam em seu estudo que a efetividade dessas relações em sala de aula possuem relevância para o desenvolvimento do aluno, uma vez que favorece o processo de aprendizagem e ensino, tornando esse processo mais prazeroso.

Acredita-se que os residentes também possam fazer ponderações sobre as relações interpessoais, uma vez que o estabelecimento dessas relações é complicado e depende da realidade da convivência do aluno com o professor, que pode apresentar desafios e conflitos. Os processos de ensino-aprendizagem requerem muito empenho e um olhar generoso de quem ensina para que os alunos possam aprimorar seus métodos de ensino, o que revela novos desafios para o licenciando e para o preceptor.

Essa reflexão dos bolsistas se apresenta atrelada à dimensão do saber que está ligada à profissionalização temporal docente, um aspecto apontado por Tardif (2014). Assim, se refere ao saber atuar em relação às exigências ou interesses que o outro aponta, saber se relacionar, se posicionar ou ouvir nas interações entre os sujeitos da aprendizagem (professor e aluno). A dimensão das interações entre esses sujeitos abrange várias realidades sociais, por isso, o ensino acontece num contexto de interações múltiplas, das quais desempenham sobre os professores condicionamentos variados (Sousa; Goulart; Cabral, 2023).

Dessa forma, os saberes da prática educativa manifestam a relação de afetividade, tendo em vista que esse fenômeno está diretamente ligado à qualidade

das interações, das vivências dos sujeitos. O que confere aos objetos culturais um sentido afetivo. Assim sendo, as conquistas do campo afetivo são usadas no campo cognitivo e o contrário também acontece. É preciso dizer que existe:

[...] a presença contínua da afetividade nas interações sociais, além da sua influência também contínua nos processos de desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido, pode-se pressupor que a interação que ocorre no contexto escolar também é marcada pela afetividade em todos os seus aspectos. Pode-se supor, também, que a afetividade se constrói como um fator de grande importância na determinação da natureza das relações que se estabelecem entre os sujeitos (alunos) e os diversos objetos do conhecimento (áreas e conteúdos escolares), bem como na disposição dos alunos diante das atividades propostas e desenvolvidas (Leite; Tassoni, 2000, p. 9-10).

Para isso, os avanços intelectuais são abarcados pela afetividade, ofertando um caráter, que se torna acima de tudo cognitivo. Ainda mais quando inteligência e afetividade estão associadas, levando a criança a um grau de desenvolvimento muito grande (Moreira; Leite; Moura, 2020).

O trabalho docente deve respeitar tanto o cumprimento dos objetivos referentes à prática educativa como também o efeito da docência sobre um objeto de ação que, no caso, é condicionado aos seres humanos. Por isso, o processo engloba três grandes aspectos: a sociabilidade, individualidade e afetividade. Levando à compreensão de que “ensinar é fazer escolhas constantemente em plena interação com os alunos” (Moreira; Leite; Moura, 2020, p. 132).

CONCLUSÃO

A reflexão sobre as experiências que envolvem o Programa de Residência Pedagógica apontou que além de ser um instrumento relevante para o processo de desenvolvimento inicial dos professores. A residência insere os licenciandos no campo de trabalho, possibilitando a esses futuros profissionais o contato com experiências realistas de sua área de atuação, em diálogo com a visão dos professores tutores do processo formativo.

O PRP oferece a oportunidade de colocar em prática o que foi aprendido dentro da sala de aula, incentivando a adoção de postura reflexiva e crítica por meio da análise da sua trajetória de formação, deslocando saberes que serão inseridos na própria prática docente. O programa, mesmo não estando desenhado com base nas exigências indicadas para o seu público-alvo, se constitui numa ação institucionalizada e em prática que é efetivamente aplicada ao itinerário da formação inicial dos educadores da educação básica, com repercussão direta e positiva no ensino. O programa também cria um processo pedagógico que associa de forma dialética, a relação entre prática e teoria no âmbito escolar, cujas atividades vão além das ações desenvolvidas no estágio supervisionado.

Em relação às contribuições do programa para o desenvolvimento dos estudantes de pedagogia, estão: a articulação entre prática e teoria nas ações desenvolvidas; o poder de reflexão sob o fazer docente como ação necessária para a compreensão e a inserção de práticas educativas na formação inicial. O que permite a compreensão da dicotomia entre prática e teoria, surgindo como processos que se correlacionam. Afastando o futuro professor da crença de que a ação docente se limita à aplicação de receitas aprendidas durante os cursos de graduação.

A dimensão da prática pedagógica remete ao “saber fazer” em que o professor analisa a sua atuação e as práticas educativas, ocorrendo a construção e a condução das relações interpessoais como intermediadora dos processos de aprendizagem e de ensino. O que levanta a necessidade de se estabelecer uma relação de respeito e de confiança com os alunos em relação ao seu potencial de aprendizagem.

O PRP é um programa que está em processo de incorporação curricular, e tem o potencial de alcançar a posição de componente de grande relevância no processo de aprender (na prática) das habilidades que a docência exige. Não obstante, também não se pode negar o caráter limitante em termos de *locus* e de abrangência de atuação. Uma vez que ele não contempla, regimentalmente, as experiências que os licenciandos podem ter em espaços educativos variados.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital nº 06, de 03 de março de 2018**. Programa de Residência Pedagógica. Brasília: CAPES, 2018.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 13. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2016.

CALAZANS, A. L. S. *et al. As metas preconizadas para a educação e a pesquisa integrada às práticas atuais*. Ponta Grossa: Atena, 2020.

ESTEBAN, M. P. S. *Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições*. Tradução de Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FAHEINA, E. F. A. A formação inicial de professores no Programa Residência Pedagógica. *Dialogia*, São Paulo, n. 48, p. 1-16, e26227, jan./abr. 2024.

FARIA, J. B.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Residência pedagógica: afinal, o que é isso? *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 28, n. 68, p. 333-356, 2019.

FEITOSA, A. F. *et al.* Programa de Residência Pedagógica na formação inicial e continuada de professores: reflexões acerca de sua operacionalização. *Em Aberto*, Brasília, v. 35, n. 115, p. 111-123, set./dez. 2022.

FERREIRA, P. C. C.; SIQUEIRA, M. C. S. Residência pedagógica: um instrumento enriquecedor no processo de formação docente. *Revista Práticas de Linguagem*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 7-19, 2020.

FONTOURA, H. A. Formação de professores para a justiça social: uma reflexão sobre a docência na residência pedagógica. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 12, n. 1, p. 120-133, 2017.

LEITE, S. A. S.; TASSONI, E. C. M. *Afetividade e produção escrita: a mediação do professor*. 2000. 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MONTEIRO, J. H. L. *et al.* O Programa Residência Pedagógica: dialética entre a teoria e a prática. *Holos*, Natal, v. 3, p. 1-12, 2020.

MOREIRA, T. B.; LEITE, R. C. M.; MOURA, F. N. S. Os contributos da residência pedagógica para a formação inicial de professores de Ciências Biológicas: o estado da questão. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 7, e207974057, 2020.

NÓVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. *Revista de Educación*, Madrid, n. 350, p. 1-10, set./dez. 2009.

SANTOS, E.; PANSERA DE ARAÚJO, M. C. Implicações de um processo formativo de professores mediado por filmes na constituição de uma visão ampliada de saúde. *Revista Insignare Scientia*, v. 3, n. 5, p. 517-539, 2020.

SOUSA, W. F.; GOULART, I. C. V.; CABRAL, G. R. O programa de Residência Pedagógica na formação inicial de licenciandos em Pedagogia. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 33, n. 66, 2023.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.